



## DECOLONIALIDADE NO FUTEBOL FEMININO

### *Decoloniality in women's football*

Daniel Barbosa dos Santos Lima<sup>1</sup>  
Glhevysson dos Santos Barros<sup>2</sup>

#### RESUMO

O Futebol, esporte conhecido mundialmente encanta milhões de brasileiras(os). A seleção feminina participou oito vezes na Copa América de Futebol, o qual ganhou sete. Nem sempre a trajetória foi marcada por sucesso. Nos seus primórdios, a participação masculina foi integral e a prática feminina foi proibida, sendo aceita definitivamente na década de 80. Diante disso, o objetivo do manuscrito é abordar de maneira breve a chegada do futebol ao Brasil e a caminhada das mulheres neste esporte no início do século XIX. A pesquisa será ancorada nos estudos de cunho bibliográfico, tendo referências autores como Ramón Grosfoguel, Gayatri Chakravorty Spivak e María Lugones. Vimos no estudo que a passagem deste público por este desporto foi turbulenta e cercada com muitos preconceitos de ordem corporal, de gênero e um forte patriarcalismo. Outro ponto a se destacar é a imposição do eurocentrismo (Países no Norte) frente aos costumes dos povos latinos (Países do Sul). Neste sentido, os costumes, modos de viver e o gênero que poderia praticar o Futebol e até o seu modo de jogar deveriam seguir o modelo Europeu, ou seja, a colonialidade estava sendo imposta. Ressalta-se que os estudos decoloniais são meios para desmascarar e apresentar a perversidade da estrutura que foi imposta pela colonialidade. Por fim, conclui-se que a decolonialidade robustece os cidadãos para afastar todas as formas de discriminação, preconceitos e de forma a construir uma sociedade melhor e igualitária.

**Palavras-chave:** Futebol. Futebol Feminino. Gênero. Colonialidade. Decolonialidade.

#### ABSTRACT

Football, a world-renowned sport enchants millions of Brazilians. The women's team participated eight times in the Copa América de Futebol, which they won seven times. The trajectory was not always marked by success. In its beginnings, male participation was integral and female participation was prohibited, being definitively accepted in the 80's. Therefore, the objective of the manuscript is to briefly address the arrival of football in Brazil and the path of women in this sport in the 19th century. The research will be anchored in bibliographic studies, with references to authors such as Ramón Grosfoguel, Gayatri Chakravorty Spivak and María Lugones. We saw in the study that the passage of this public through this sport was turbulent and surrounded by many prejudices of body order, gender and a strong patriarchy. Another point to be highlighted is the imposition of Eurocentrism (Countries in the North) against the customs of Latin peoples (Countries in the South). In this sense, the customs, ways of living and the genre that could practice Football and even its way of playing should follow the European model, that is, coloniality was being imposed. It is noteworthy that decolonial studies are means to unmask and present the perversity of the structure that was imposed by coloniality. Finally, it is concluded that decoloniality strengthens citizens to remove all forms of discrimination, prejudice and in order to build a better and egalitarian society.

**Keywords:** Football. Women's Football. Gender. coloniality. Decoloniality.



<sup>1</sup> Mestrando pela Universidade do Rio Grande (Unigranrio), RS, Brasil. E-mail: danielbarbosa\_rj@hotmail.com  
<sup>2</sup> Doutor pela Universidade do Rio Grande (Unigranrio), RS, Brasil. E-mail: guersonbarros@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-8917-0430>.



## 1 INTRODUÇÃO

O Futebol, esporte conhecido mundialmente encanta milhões de brasileiras(os). A seleção feminina participou oito vezes na Copa América de Futebol, o qual ganhou sete. Nem sempre a trajetória foi marcada por sucesso. Nos seus primórdios, a participação masculina foi integral e a prática feminina foi proibida, sendo aceita definitivamente na década de 80. Pode-se perceber um preconceito de ordem de gênero. De acordo com Lugones (2010) a superação da colonialidade do gênero é o “feminismo descolonial”.

Na chegada deste esporte ao Brasil, foi imposta uma visão eurocêntrica de participação e modos de jogar, tanto de ordem cultural, social e de gênero. Com isso, reduziu-se a individualidade dos que habitavam aqui, desmerecendo os costumes tradicionais de forma a reduzir os sujeitos a objetos. Logo, a colonialidade foi sendo imposta na nossa sociedade.

A proibição de jogar Futebol foi contestada por diversos setores sociais, inclusive os jogadores e com isso avançou-se no processo de aceitação desses nos diversos clubes. Atualmente, os estudos decoloniais nos municiam no combate dos resquícios de desigualdades proporcionados pelos países colonizadores (Norte) frente aos países do (Sul).

A proposta desta pesquisa visa estabelecer o debate e o acesso à igualdade entre os gêneros nos diversos setores da sociedade, tais como: social, esportivo, acadêmico, cultural, econômico, entre outros. O Futebol, como é um grande motor cultural e que encanta milhões de torcedores(as) tem o poder de instigar o debate e impulsionar a sociedade para um modo de viver mais plural e com menos desigualdade. Destarte, os estudos decoloniais rechaçam os pensamentos hegemônicos dos países eurocêtricos e municia os cidadãos no combate a todas as formas de racismo e preconceitos. Assim, o objetivo deste manuscrito é abordar de maneira breve a chegada do Futebol ao Brasil e a caminhada das mulheres neste esporte no início do século XIX.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste manuscrito refere-se a revisão bibliográfica, tendo como base a revisão da literatura. A busca foi feita em sites como Google Acadêmico, Indexadores Acadêmicos como a Scielo, livros e artigos científicos que se mostraram indispensáveis para referenciar o presente trabalho.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### **Caminhada das mulheres no futebol**

O Futebol, chegou a esta colônia chamada Brasil, em 1894, trazido do continente Europeu por Charles Miller, brasileiro, filho de ingleses. Em sua bagagem teria incluído equipamentos do esporte (vestimentas de times ingleses, bolas de cortiça, chuteiras) e a sua prática era restrita a



um grupo pequeno de pessoas, ou seja, homens de famílias com alto poder aquisitivo e brancos que frequentassem os bancos escolares.

Pode-se perceber que no início do século XIX, as mulheres já jogavam Futebol, porém houve a proibição oficial na ditadura estadonovista. No início, o incentivo às mulheres para praticarem exercícios físicos era no intuito de fortalecer o seu corpo para gerar filhos fortes e saudáveis, porém a prática de alguns esportes era proibida (GOELLNER, 2005).

Esse movimento de preparação do corpo com o intuito de gerar filhos fortes e saudáveis ficou conhecido como Eugenia. Segundo Goellner (2005) algumas atividades eram recomendadas, outras proibidas e o Futebol entrava no rol de modalidades que eram proibidas para as mulheres. Em 1965, um órgão do governo aprovou (Conselho Nacional de Desporto - CND) o impedimento de algumas modalidades esportivas e o Futebol fazia parte.

O Brasil, seguindo a linha de outros países como a Grã-Bretanha, incutiu a política do embranquecimento e a mulher como geradora de filhos saudáveis (VERAS, 2019, p.25). Segundo Mourão (2000, p. 15):

O movimento de eugenia da raça, dos anos 30, incrementou a participação das mulheres no esporte de forma mais explícita, pois vários já eram os espaços esportivos femininos em diferentes modalidades pelas cidades do Brasil. O exercício era um dos instrumentos utilizados para a formação de uma mulher mais forte, para a função da reprodução de uma sociedade eugênica.

Outrossim, conforme delineado por Teixeira e Caminha (2013) o preconceito contra as mulheres visa a produção de corpos com o intuito de ser a geradora da prole com saúde e mantenedora dos afazeres domésticos, de forma a perpetuar a produção binária econômica dos meios capitalistas assegurando o “homem/sexo forte” e “mulher/ sexo frágil”.

Percebe-se que na chegada deste esporte “Bretão”, houve uma clara tentativa de impor uma cultura futebolística exclusiva do homem de modo a excluir o público feminino. De acordo com Cunha (2018) os países eurocêntricos ao chegarem às colônias delegaram uma forma de viver diferente do modo tradicional como viviam os nativos e escravos e com isso os seus costumes foram impostos e proibiram as formas de viver dos povos nativos. Desta maneira, prevaleceu-se a cultura dos povos do Norte sobre as do Sul.

No processo de formação de uma sociedade justa, é importante desenvolver “modos operandi” de não privilegiar um grupo sobre o outro, uma cultura sobre a outra, um modo de jogar Futebol sobre o outro, ou seja, “o dito certo sobre o errado”. Estes preconceitos reverberam nas relações de poder postas na sociedade. Segundo Grosfoguel (2016) rebaixar os conhecimentos adquiridos por pessoas de gerações antepassadas eleva os seres humanos ocidentais como detentores do privilégio epistêmico de determinar a verdade absoluta, o que é bom ou ruim para a coletividade.

O direcionamento que o homem é o “Líder”, ou seja, para o público masculino, segue os preceitos de uma sociedade baseada num poder centralizado no aspecto binário e a mulher em segundo plano de maneira a favorecer a “obediência patriarcal, tradicional”. Segundo Franzini



(2005) a presença da mulher iria de encontro ao modelo tradicional das relações de gênero na sociedade, ou seja, quanto mais se disseminar as relações de machismo e sexismo, mais se iriam reiterar essa relação verticalizada. Goellner (2005) traz em seu artigo um fato histórico para ilustrar, no qual relata que o Conselho Nacional de Desportos no ano de 1965, aprovou a Declaração n. 7, artigo segundo, a não permissão de práticas pelas mulheres de algumas modalidades esportivas como: lutas, Futebol, futebol de salão, polo aquático, entre outras.

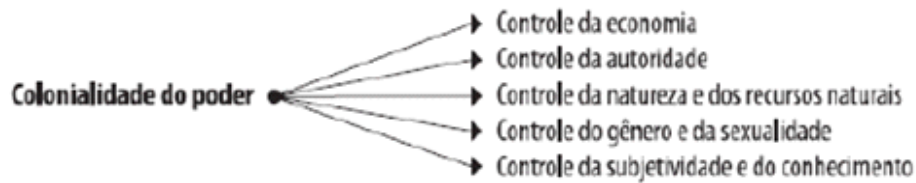
Conforme delineado na história, às mulheres quebraram o tabu deste esporte em 1913, na qual foi disputada a primeira partida entre dois times da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro (FRANZINI, 2005). Na década de 1940, mais especificamente, um noticiário de jornal esportivo datado em janeiro de 1941, explanava o fim da organização do Futebol Feminino no Brasil. Esse anúncio foi publicado pela Gazeta Esportiva corroborando com a ideia de que as mulheres deveriam se reservar aos cuidados maternos.

Já em 1965, o Conselho Nacional de Desportos (CND) autorizou, a Deliberação n. 7 que, pregava no artigo segundo a proibição de artes marciais de qualquer natureza, Futebol de campo e salão, “beach soccer”, polo aquático entre outros (GOELLNER, 2005). Ademais, a sua composição nas arquibancadas dos estádios era restrita a espaços delimitados, formando públicos “diferenciados” na torcida.

Neste cenário, observa-se na sociedade os homens como protagonistas neste esporte e a mulher em posição subalterna e sem lugar de fala. Essa era a composição daquela época e com resquícios nos dias atuais, mitigando o brilho dessas mulheres, atletas, mães, ser livre e protagonista do seu presente e futuro. Entretanto, Teixeira e Caminha (2013, p. 1) relatam sobre “a crescente participação da mulher em territórios legitimamente considerados como masculinos tem revelado uma nova dinâmica social caracterizada, especialmente, pela redução das diferenças entre os gêneros”. Algo diferente da democracia entre os pares, perpetuar-se-á desigualdades incalculáveis.

O currículo oculto, a bagagem cultura, cognitiva, intelectual, corporal e social dos gêneros precisa ser respeitada na busca pela igualdade. Segundo Grosfoguel (2016) a sapiência de homens e mulheres de todas as regiões não deve ser menosprezada de forma a prevalecer os homens ocidentais do privilégio epistêmico de decretar a veracidade, o que é realidade e soberano para o grupo (coletividade).

Por muito tempo, as jogadoras ficaram proibidas de diversas práticas esportivas e na década de 80 culminou-se essa proibição. Segundo Franzini (2005) a liberação para as mulheres praticarem atividades esportivas aconteceu em 1980, com a implantação de divisões de Futebol Feminino por meio de diversos clubes do Brasil e a criação de várias equipes no Rio de Janeiro, no qual pode-se citar a equipe Radar. Tendo em vista tamanha discriminação com as mulheres e o Futebol Feminino, a subalternidade imperou em diversos setores da sociedade, como: cultural, econômico, político, social e esportivo. As formas de colonialidade do poder também se pulverizou de diversas formas conforme imagem abaixo de acordo com Ballestrin (2013, p. 100) apud Cunha (2018, p. 73):



Os discursos dos povos eurocentrados tornaram-se hegemônico e afastou a liberdade das mulheres dentro das quatro linhas do campo. Segundo Balzano (2020) a violência epistêmica praticada pelos povos do ocidente ocasionou uma demanda de discursos que emergiram a dominação colonial, de modo a incitar um olhar diferente para outras sociedades e saberes culturais.

Nesta mesma direção, Grosfoguel (2016, p. 4) salienta que o conhecimento produzido a partir das experiências sócio-histórica e concepções de mundo do Sul global – também conhecido como mundo “não ocidental” – é considerado inferior e é segregado na forma de “apartheid epistêmico” (RABAKA, 2010) do cânone de pensamento das disciplinas das universidades ocidentalizadas. Mais ainda: o conhecimento produzido por mulheres (ocidentais ou não ocidentais) é também visto como inferior e fora do elenco do cânone do pensamento.

Conforme Lugones (2014), resistir às diferenças coloniais é primordial para contrapor ao apagamento de seus hábitos e isso faz parte da essência feminina decolonial. Esse fato histórico merece respeito, pois o Futebol é parte da cultura do nosso país e às mulheres fizeram e fazem parte dessa história, rompendo preconceitos de modo a obter reconhecimento social.

A decolonialidade vem de encontro para esclarecer e desmascarar a importância deste esporte na composição cultural, social e esportiva da nação brasileira. Assim, os estudos referentes a colonialidade de poder proposto Quijano (1995) e Lugones (2014) tornam-se fundamentais para desmascarar as terríveis perdas significativas na vida social das mulheres que por meio do Futebol também se impôs.

### **Colonialidade do poder e Futebol Feminino**

O conceito de colonialidade do poder surgiu com o movimento dos países Europeus colonizadores (Norte). Este estudo, gerou grande debate pelos países colonizados (Sul), com o intuito de explanar o modo de colonização sofrida pelos países latinos. Na literatura dos estudos decoloniais, a inserção deste discurso é feito por autores e estudiosos do sul (QUIJANO, 2005; GROSFÓGUEL, 2016). Uma das principais contribuições desses pesquisadores seria o termo “colonialidade do poder”, que demonstraria que as relações coloniais nas esferas econômica, política, social e epistêmica não findaram com o fim da colonização, ou seja, a colonialidade nos permite compreender a continuidade das formas coloniais de dominação para além da colonização (CUNHA, 2018; PEREIRA; MURADAS, 2018).



O Futebol como expressão corporal e processo social, carrega na sua essência a potencialidade de expressar-se de diversas formas e torna-se espaço de discurso. O processo de colonialidade com as “minorias”, e inclusive com as mulheres, ocasionou diversas formas de cerceamento no seu corpo, tempo, trabalho e lazer. Todavia, é preciso destacar, que a lógica decolonial seria, assim, uma desobediência epistêmica que desafiaria os modos de pensar eurocentrados e tradicionais, na busca por uma libertação social dos poderes, que organizam as formas de desigualdade, discriminação, exploração e dominação (CUNHA, 2018 p. 173). Nesse viés, seriam os autores do Sul (Latinos), pensando nos grupos dos excluídos do Sul, como exemplo os negros, os índios e as mulheres.

Por certo, o esporte mais praticado do mundo é o Futebol, considerando apenas o de campo (MELO; ALVITO, 2006). É considerado quase uma religião em todas as camadas sociais, sendo um meio para unir nações separadas por guerras, tendo enorme representação nos espaços sociais e maneira de representar a cultura popular brasileira. Este espaço, que nos seus primórdios foi reservado à um seletos grupo e depois abarcou diversos estratos sociais, inclusive as mulheres, com a decolonização os “marginalizados” podem ser protagonistas e as nações latinas (Sul) podem quebrar o tabu do eurocentrismo, ou seja, do sistema tradicional atual. De acordo com Pizarro (2014, p. 14):

O Futebol, por si só, já possui para os sul-americanos um sentimento decolonial, do “sul global” se tornar “norte global” devido à força de suas seleções e de seus clubes em âmbito mundial, fato de alta relevância no processo de decolonização e, inclusive, na própria autoestima de povos periféricos.

Analicamente, nem sempre este espaço esportivo foi visto como possível para as mulheres, revelando traços de colonialidade, como patriarcalismo, preconceito de gênero, raça, misoginia, estereótipo e visão eurocêntrica de mundo. Em contrapartida, é na luta por direitos, combatendo essas estruturas de poder que o discurso decolonial com ações afirmativas que o esporte se estabelece para todos, inclusive para o público feminino. O Futebol articulado com outros direitos sociais, faz com que as mulheres, possam alcançar posição de igualdade perante aos homens, não sendo coadjuvante desta história.

Ressalte-se aqui a importância de lastrear o discurso decolonial e protagonizar àquelas que por um bom período da história da humanidade e do futebol foram excluídas de tal prática, ou seja, viveram um “papel” de subalternidade dentro da sociedade e da narrativa histórica esportiva. O esporte deve ser tratado sem preconceito e como lugar de reafirmação das minorias. Outrossim, desvelar a hegemonia eurocêntrica (do Norte), como a “correta” para as periféricas, ou seja, as das colônias (do Sul) mostra a importância do nosso continente, da nossa história como sujeitos e não objetos.

Na perspectiva de vislumbrar o Futebol Feminino como protagonista no cenário esportivo mundial, é preciso assumir postura crítica, com reconhecimento próprio, busca da isonomia, postura reflexiva de diversos setores da sociedade, com foco na igualdade dos gêneros, financeira, racial e rechaçar a posição de esporte “invisível”, subalterno. É mister o



foco no debate integrador. A busca por esses direitos vai ao encontro da cidadania, formação da autonomia do sujeito e a dignidade da pessoa como portadora de direitos e deveres. Algo diferente disso, esse grupo de minorias, ficará fadado a subordinação social e de inferioridade de modo que às mulheres ficará num processo de invisibilidade na sociedade.

Com o olhar para o futuro e com a intenção de lutar por direitos iguais e retirar a posição feminina de ser subalterno, como imbricado no início do século XIX, surge então autores como Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, María Lugones, entre outros, com a perspectiva decolonizadora, com o foco em exterminar o processo de dominação posto por eles, no qual transpondo para os dias atuais percebe-se discursos racistas e segregacionista. O corpo feminino tem o direito de ser livre, dentro e fora de campo, transitando entre todos os setores da vida e da sociedade. De acordo com Lugones (2014, p. 5):

O uso o termo *colonialidade* seguindo a análise de Aníbal Quijano do sistema de poder capitalista do mundo em termos da “colonialidade do poder” e da modernidade – dois eixos inseparáveis no funcionamento desse sistema de poder. A análise de Quijano fornece-nos uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do sistema de poder capitalista que se ancorou na colonização das Américas (...) Ao usar o termo *colonialidade*, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos.

Conforme delineado por Quijano (2005) apud Balzano; Munsberg e Silvai (2018, p. 2), a colonialidade do poder, seria uma estrutura de dominação que submeteu a América Latina, a África e a Ásia, a partir da conquista europeia. Para o sociólogo peruano Quijano (2005), o termo faz alusão à invasão do imaginário do outro, ou seja, sua ocidentalização.

Dessa forma, Quijano (2005) afirma que o colonizador destrói o imaginário do outro, inviabilizando-o e subalternizando-o, enquanto reafirma o próprio imaginário. Portanto, quebrar o paradigma do discurso do poder com a decolonialidade liberta e municia os cidadãos, que por muito tempo foram postos à margem da sociedade pelas estruturas sociais vigentes e que também devem gozar do direito de ter reconhecimento social em sua plenitude. Segundo Cunha (2018) o desporto pode agir por uma verificação do seu status de luta por direitos, contanto que, seja um local de asserção decolonial.

Nesse intuito, Balzano (2020) ressalta o conceito de “pensamento decolonial” que para Mignolo (2007), consiste numa forma de “desobediência e reconstrução epistêmica”, um meio de eliminar a tendência provincial para fingir que os modos de pensar da Europa Ocidental são de fato universais, buscando a libertação social em relação a todas as formas de desigualdade, discriminação, exploração e dominação. Desta maneira, no sentido de explanar o futebol feminino, por meio de campeonatos nacionais e municipais com ampla divulgação, campeonato mundial feminino e masculino em momento único, clubes com categorias de base fortes e boa visibilidade midiática, traria o Futebol feminino para o debate e à emancipação



deste seletto grupo (mulheres e jogadoras de Futebol) que ficaram excluídas da cultura corporal e ser o antídoto de luta contra os dispositivos de colonialidade que persistem no meio social.

É no viés de emancipação da mulher como protagonista da sua história que se depara com a superação das desigualdades, da ruptura do “sequestro” provocado por um grupo minoritário, ditos brancos, donos do saber e com a centralização do conhecimento impondo as suas necessidades de exploração da mão de obra, imposição cultural e religiosa (BALZANO; MUNSBURG; SILVAI, 2018). Se na época da colonização o Europeu exportava produtos agrícolas para o seu país, nos dias atuais o mercado brasileiro é “refém” deste mercado ao qual exporta os seus jogadores (as) com pouca formação crítica, ou seja, o Futebol no Brasil é ainda um país explorado e colonializado pelo Europeu com foco em angariar jogadores (as) habilidosos (as) para compor os seus respectivos clubes. Balzano; Munsberg e Silvai (2018) propõe a transmodernidade como “arma” a fim de combater a colonização, pois o processo de decolonização ainda se encontra incompleto. Desta maneira, segundo Dussel (2008, p. 6):

A transmodernidade é um convite para que se produza, a partir de diferentes projetos epistêmicos políticos que existem no mundo hoje, uma redefinição dos muitos elementos apropriados pela modernidade eurocêntrica e tratados como inerentes à Europa, rumo a um projeto decolonial de liberação para além das estruturas capitalistas, patriarcais, eurocêntricas, cristãs, modernas e coloniais.

No que tange a esta questão, Dussel (2008) propõe um projeto de decolonização que utiliza continuamente o pensamento crítico das tradições epistêmicas do sul. Como argumenta Grosfoguel (2016, p. 21) “a transmodernidade reconhece a necessidade de um projeto global compartilhado contra o capitalismo, o patriarcado, o imperialismo e o colonialismo”. A busca pela superação da perspicácia eurocêntrica, que foi projetada no futebol masculino, entende-se com o estilo de jogo com passes firmes, triangulações, movimentações harmoniosas, integração entre os jogadores, foi visto como o futebol “correto”.

Percebe-se nisso uma visão eurocêntrica com o Futebol Masculino, pois os jogadores brasileiros têm toda a sua maestria, estilo próprio de jogar com dribles e arrancadas individuais, diferente do estilo eurocêntrico, Europeu. Segundo Balzano (2020) esse estilo único de jogar do futebolista afro-brasileiro foi influenciado pelo samba, pela capoeira, pela malandragem e está diretamente ligado à “criatividade”, que por sua vez está relacionada integralmente com o drible.

Vimos durante o texto que o Futebol Feminino colheu enorme preconceito ao superar essa colonialidade futebolística, pois esse desporto era visto como esporte para homens e machos. A trajetória para a prosperidade do futebol ante a colonialidade é a desobediência epistêmica, em outras palavras, a presunção de uma ideia decolonial (MIGNOLO, 2007; BALZANO, 2020). Assim, o Futebol Feminino deve buscar reconhecimento e o resgate da dignidade e autonomia, de modo a afastar a visão de minoria dentro e fora da esfera esportiva.

Segundo Grosfoguel (2016), o conhecimento produzido por homens ocidentais de apenas cinco países, conformam o cânone do pensamento nas humanidades e nas ciências sociais. O





conhecimento produzido por mulheres do Sul e do Norte é visto como menos importante e fora do cânone do pensamento. No que tange a esta questão, o futebol praticado pelas mulheres sofreu um duplo menosprezo, um de ordem de gênero e outro físico. Desta forma, o Futebol Feminino não obteve as mesmas oportunidades que o futebol masculino.

Logo, o senso comum criou todo um arcabouço em prol do Futebol Masculino, delineando aspectos meramente masculinos e rechaçando esse espaço que por meados de 1910 as mulheres já ocupavam. Essa relação de cercear a vontade das mulheres em fazer parte da história teve contribuição de instituições oficiais, projetando uma cultura dita hegemônica. O Futebol Feminino ao superar o patriarcalismo, a colonialidade do poder, busca uma prática crítica e com sentido, para além do campo de futebol. A atuação dessas atletas ecoa por toda a sociedade e contribui para um mundo plural. Segundo Balzano (2020, p. 7):

A interculturalidade pressupõe superar o individualismo, os velhos discursos, as estruturas excludentes e as posturas discriminatórias em prol de um trabalho cooperativo, colaborativo, reflexivo e dialógico. Sob essa ótica, a interculturalidade possibilita a convivência de realidades plurais, o questionamento de discursos hegemônicos, padronizações e binarismos, bem como a desconstrução, problematização e relativização de estruturas e práticas sociais”.

No que tange a esta questão, a interculturalidade é entendida como a possibilidade de diálogo entre as culturas, pensada na perspectiva crítica, propondo a transformação da realidade latino- americana por meio de práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)viver (BALZANO, 2020, p. 299). Dessa forma, é preciso afastar a imposição da colonialidade posta pelos países do (Norte) na busca por uma sociedade descolonizada e libertando os povos do (Sul) das amarras dos valores dos povos ocidentais. As relações verticais de ordem de gênero, cultural e corporal não podem sobrepor à outra. Numa sociedade no qual busca-se a pluralidade e a semelhança entre os pares a igualdade de direitos e deveres deve ser preservada para a convivência em harmonia.

Decerto, a colonialidade impôs nas minorias sociais a dominação de valores, modos de ver a outra sociedade e outras culturas. Por meio de debates sobre os estudos decoloniais esta dominação colonialista é rechaçada e os povos que foram segregados ganham a sua alforria perante aos seus direitos sociais, culturais, étnicos, corporais, entre outros. Os discursos eurocentristas, impulsionam as minorias para tornarem-se majorias, situação pela qual não deveriam ter participado na história. A contribuição dos estudos decoloniais, desafia os discursos tradicionais e produz efeito aniquilador perante as formas de desigualdade social, gênero e corporal.

Comisso, o futebol como prática esportiva plural não deve ser prioridade de um determinado grupo. A sua prática deverá ser ofertada em todas as classes sociais e a todos os gêneros. A história da humanidade carrega o peso da unilateralidade posta pelos povos do (Norte) e a decolonialidade quebra a ideia de diferença entre os gêneros, as raças, as culturas e toda a forma de dominação e exploração. O futebol, como manifestação social, econômica e cultural tem um grande potencial e espaço integrador para unir os sujeitos do (Norte) e do (Sul). Diante deste fato, o Futebol Feminino



poderá romper as barreiras preconceituosas e estar no mesmo patamar do Futebol Masculino. Nessa disputa, só há um vencedor: uma sociedade justa, plena e com equidade sócio-histórica.

#### 4 CONCLUSÃO

Inicialmente, vimos que a história do futebol foi caracterizada como espaço masculino, elitista e cercado de preconceitos de ordem cultural, biológico, sociais, históricos e de gênero. Em nossa sociedade o corpo da mulher esteve por muito tempo atribuído aos afazeres domésticos, ao cuidar dos filhos e os trabalhos de ordem corporal eram vistos como impróprios. Potencializou-se a visão de patriarcalismo e machismo. Esses resquícios ainda podem ser observados na nossa sociedade e no campo esportivo, observando a quantidade de partidas transmitidas pelas mídias e as poucas competições femininas perante ao masculino. Logo, debates nos meios sociais são fundamentais para projetar a mulher em igualdade de condições, acesso permanência em todos os setores da sociedade.

Conforme percorrido ao longo do artigo, a trajetória do Futebol Feminino foi marcada pela exclusão por 42 anos em determinado momento, entretanto, a sua regulamentação ocorreu em oito de janeiro de 1983, quando o Conselho Nacional de Desportos (CND) oficializou a prática do Futebol para as mulheres. Esse espaço de direito foi conquistado com muita luta pelas atletas de futebol e atualmente os estudos decoloniais garantem um amplo debate no seio social de modo a permitir ao maior número de mulheres o acesso e permanência no campo esportivo, social e cultural. Superar a defesa do preconceito é uma habilidade que deve ser treinada diariamente desde as mídias televisivas, sociais, escolas e espaços esportivos. Desta maneira, proporcionar visibilidade para este tema, aguça o debate e impulsiona para a equidade de gênero.

Deve-se ponderar que a presente pesquisa não buscou trazer uma fórmula pronta e acabada para este imbróglio. Trazer o debate do Futebol Feminino e utilizá-lo como mais uma ferramenta de ascensão social, política, cultural e de gênero aliado aos estudos decoloniais reforça a ideia que a visão eurocêntrica incutiu a sua visão de mundo e não considerou a bagagem cultural dos povos colonizados.

Por fim, a decolonialidade robustece os cidadãos para afastar todas as formas de discriminação, preconceitos e de forma a construir uma sociedade melhor e igualitária. Estabelecida a proposição, o Brasil possui no seu rol de jogadoras a atleta Marta. Ela foi eleita seis vezes a melhor jogadora do mundo, sendo cinco vezes consecutivas. E não menos importante, a jogadora “Formiga”, a única no Futebol do Brasil que mais vezes vestiu a camisa da seleção brasileira em todos os tempos. Pelas atletas, somos referências, entretanto, nas demais circunstâncias sociais estamos fora do ideal de igualdade.



## REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BALZANO, O. N.; MUNSBURG, J. A. S.; SILVAI, G. F. **Futebol como ferramenta e estratégia decolonial**: contribuições “outras”. Ciência e tecnologia para a redução das desigualdades. Canoas/RS, 2018.
- BALZANO, O. N.; MUNSBURG, J. A. S.; SILVAI, G. F.: O pensamento decolonial como alternativa ao “racismo às avessas” no futebol. Ceará, **Revista de Investigación y Pedagogia Praxias & Saber**, v. 11, n. 27, 2020.
- BALZANO, O. N. **O ensino do futebol na perspectiva decolonial**: desgastando a produção de sujeitos “pés de obra”- da formação na educação superior aos clubes esportivos. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle – UNISALLE, Canoas, 2020.
- CUNHA, T. O. M. **Decolonialidade e futebol**: o reconhecimento da identidade na formação do atleta. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito e Ciências do Estado, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.
- DUSSEL, E. Anti-meditaciones cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 153-197, 2008.
- FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – EUA, v. 31, n.1, p. 25-49, jan./abr. 2016.
- GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-51, abr./jun. 2005.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n. 3, set./dez. 2014. Artigo originalmente publicado na revista *Hypatia*, v. 25, n. 4, 2010.
- LUGONES, M. Debate colonialidade do gênero e feminismos descoloniais. **Rev. Estud. Fem.**, v. 22, n. 3, dez. 2014.
- MELO, V. A.; ALVITO, M. **Futebol por todo o mundo**: diálogos com o cinema. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. En: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 25-46.



MOURÃO, L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físicas desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, Porto Alegre, n. 13, p. 05-18, 2000.

PEREIRA, F. S. M.; MURADAS, D. Decolonialidade do saber e direito do trabalho brasileiro: sujeições interseccionais contemporâneas. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], abr. 2018.

PIZARRO, J. O. Decolonialidade e futebol: a quebra da lógica periferia-centro. In: CONGRESSO URUGUAIO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 5., 2014, Montevideo. **Anais**, Montevideo: Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 2014.

QUIJANO, A. “Modernity, Identity, and Utopia in Latin America”. In: BEVERLEY, J.; ARONNA, M.; OVIEDO, J. (Ed.). **The postmodernism debate in Latin America**. Durham: Duke University Press, 1995. p. 201-216.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RABAKA, R. Against epistemic apartheid: W. E. B Du Bois and the disciplinary decadence of sociology. United Kingdom: Lexington Books, 2010.

TEIXEIRA, F. L. S.; CAMINHA, I. O. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 01, p. 265-287, jan./mar. 2013.

VERAS, J. G. Direitos humanos e futebol feminino: a (in)visibilidade das mulheres nas quatro linhas. 2019. Monografia (Curso de Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Submetido em 31/01/2022

Aceito em 15/03/2022

Publicado em 04/2022